



Roosevelt Pinheiro

PETRÓLEO EM DEBATE. Ramez Tebet preside a CAE, que ouve a ministra de Minas e Energia

Dilma Rousseff explica planos para refinaria

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, participa amanhã de audiência pública na CAE. Ela vai falar sobre a política para o refino de petróleo e a nova refinaria da Petrobras.

PÁGINA 5

Subcomissão avalia questões dos deficientes

A Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais realiza amanhã audiência sobre propostas de interesse dos deficientes em tramitação no Congresso Nacional.

PÁGINA 3

Conselho ouve palestra sobre inclusão digital

Palestra sobre TV turbo e inclusão digital será um dos itens da reunião do Conselho de Comunicação Social hoje, às 14h. Também estará em análise a propriedade na mídia.

PÁGINA 6

Plenário decide sobre o fim do voto obrigatório

Duas propostas estão na pauta do Senado, na sessão de amanhã. Lideranças do PT e do PMDB são contra, mas devem liberar bancadas para votar como desejarem. O PFL também rejeita a instituição do voto facultativo



José Cruz

Roosevelt Pinheiro

DISCUSSÃO CRUCIAL. Senadores examinam propostas do voto facultativo, que não conta com o apoio das lideranças do PMDB, PT e PFL

A instituição do voto facultativo no Brasil será discutida amanhã pelo Plenário do Senado, com a votação, em primeiro turno, das propostas de emenda à Constituição (PECs) dos então senadores Carlos Patrocínio e Sérgio Machado. As bancadas do PMDB e do PT

deverão ser liberadas pela liderança para votar como quiserem. O senador Marco Maciel, do PFL, pretende fazer, da tribuna, a defesa do voto obrigatório, por sua "função educativa para o cidadão comum e também o político". Os senadores apreciarão ainda a me-

didada provisória que permite aos pequenos produtores rurais alongarem suas dívidas junto aos programas oficiais de crédito. A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados e dilata o prazo de renegociação para até 90 dias após a publicação da lei.

PÁGINA 3

Senadores debatem proteção para idosos

A criação de programas e leis que assegurem maior proteção e ofereçam novas chances de trabalho para os idosos brasileiros foi tema dos discursos dos senadores Aelton Freitas, Luiz Otávio e Paulo Paim.

PÁGINA 8

Roosevelt Pinheiro



DENÚNCIA. Os atores Osvaldo Louzada e Carmem Silva foram ouvidos na semana passada sobre a situação do idoso

Senado cria serviço 0800 para idosos

O Serviço 0800 – A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas, lança hoje a Campanha do Idoso. Por meio de uma central telefônica paralela, atendentes irão esclarecer a população sobre questões relativas à legislação e à tramitação do Estatuto do Idoso. Desse modo, o serviço terá sua capacidade de atendimento à população ampliada.

A iniciativa ocorre logo depois da aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Estatuto do Idoso, projeto do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que prevê gratuidade no transporte público e prioridade nos serviços de saúde e transportes.

A central de atendimento paralela, a exemplo da central base, funciona durante toda a semana, 24 horas por dia, da seguinte maneira: uma equipe treinada está disponível, de segunda a sexta, no horário das 8h às 20h, para receber e encaminhar mensagens, sugestões e críticas; além de esclarecer dúvidas e fornecer informações sobre as matérias legislativas e demais textos legais de interesse do idoso. Nos demais períodos, as mensagens dos usuários são gravadas em caixas de mensagem, e encaminhadas adequadamente.

A Voz do Cidadão é iniciativa do Senado para responder aos questionamentos da sociedade e aproximá-la do trabalho dos senadores, visando ao aprimoramento da instituição. Na dúvida, é só telefonar para o 0800-612211 e falar com os atendentes. A ligação é gratuita.

Agenda



Senado vota MP da dívida rural

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa. Na sessão deliberativa de amanhã estão duas medidas provisórias: a que trata do alongamento de dívidas rurais e a que abre crédito extraordinário em favor dos ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional.

Conselho debate propriedade da mídia e inclusão digital

Na reunião de hoje do Conselho de Comunicação Social, às 14h, o professor Guilherme Canela de Souza Godoi, da Universidade de Brasília, faz palestra sobre a concentração da

propriedade nos veículos de comunicação. Também falará no colegiado o diretor comercial da Brasil Telecom, Edmond Fernando Santiago, abordando TV Turbo e inclusão digital.

“Memória Brasileira” homenageia intelectuais

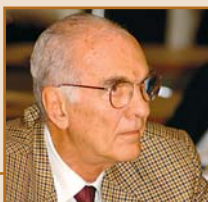
A TV Senado exibe hoje, às 11h, o programa *Memória Brasileira*, em homenagem a Mário Quintana, Mário Lago, Paulo Freire e Noel Rosa. Às 19h30, no programa

Cidadania, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) discute a agenda econômica amazônica com a diretora da ADA. Às 20h30, Fernando Bezerra (PTB-RN) fala sobre reforma tributária.



CMO e assembléias têm reunião por videoconferência

Será realizada amanhã, a partir das 15h, por videoconferência, a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) com a presença do ministro do Planejamento, Guido Mantega.



Roberto Saturnino (PT-RJ) coordenará o encontro, que vai discutir com as assembléias estaduais o Plano Plurianual 2004-2007 e o orçamento participativo para 2004.

Dilma Rousseff e Amaral serão ouvidos

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, deve falar amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre políticas para refino de petróleo no Brasil e a instalação de uma refinaria no Nordeste do país. O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, participa de audiência pública na Comissão de Educação, também amanhã.



Direitos dos deficientes

A Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais se reúne amanhã, em audiência pública, para debater sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade). Estarão participando do evento representantes de diversas entidades que atuam na área.

Reforma política em debate

Começa amanhã, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, o seminário A Reforma Política, em comemoração aos 180 anos do Poder Legislativo no Brasil. O evento, que tem apoio do Senado, vai debater propostas para a reforma política em discussão no Congresso. Inscrições no site www.camara.gov.br

A agenda completa, incluindo o número das proposições, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



José Cruz

INICIATIVA. Fátima destacou visita a Rondônia de indicado para embaixada na Bolívia

Fátima Cleide elogia futuro embaixador

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) elogiou a iniciativa de Antonino Mena, diplomata indicado pela Presidência da República para o cargo de embaixador do Brasil na Bolívia, que visitou o estado de Rondônia na última semana de maio. Fátima manifestou satisfação com a agenda cumprida por Antonino Mena, que se reuniu na Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero) com empresários, comerciantes e com representantes do Senai, do Sebrae, do Sesc e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). Ele também visitou a Assembléia Legislativa e ouviu reivindicações de deputados estaduais.

– Pela primeira vez na história de Rondônia, um futuro embaixador do Brasil na Bolívia visita nosso estado para conhecer de perto a realidade da região fronteiriça – salientou Fátima. Ela explicou que Antonino Mena, acompanhado por Marcos Afonso, diretor administrativo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, e do diplomata Paulo Joppert, percorreu mais de 500 quilômetros de carro pelo estado, dada a impossibilidade de vôos na região, devido ao mau tempo.

Fátima lembrou que já propôs que as embaixadas brasileiras exerçam papel de "pólos difusores" para a realização de negócios. O setor produtivo em Rondônia, informou, enfrenta dificuldades para implementar negócios com o país vizinho. Outro assunto discutido, segundo a senadora, foi a validação de diplomas universitários obtidos por brasileiros na Bolívia, especialmente em Medicina.



DEVER. Marco Maciel, que pode falar em lugar do líder José Agripino, defende o voto obrigatório, assim como Tião Viana e Renan Calheiros

Tuma elogia reformas na segurança em SP

O governo do estado de São Paulo foi elogiado por Romeu Tuma (PFL-SP), que considerou eficaz a reforma implementada no sistema prisional do estado. O senador enalteceu as políticas desenvolvidas pelos governadores Mário Covas e Geraldo Alckmin, bem como a atuação do secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa. "A ação governamental está deixando cada vez mais distante a caótica situação por mim denunciada seguidamente desta tribuna", disse.



Tuma: crime combatido com rigor

Tuma acredita que a reforma retira das unidades prisionais a característica de "depósitos de presos". Além disso, reduz o poderio de facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), responsável por diversas rebeliões. Para ele, "as medidas colaboraram para impedir a volta da violência organizada aos cárceres".

Tuma acredita que a reforma retira das unidades prisionais a característica de "depósitos de presos". Além disso, reduz o poderio de facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), responsável por diversas rebeliões. Para ele, "as medidas colaboraram para impedir a volta da violência organizada aos cárceres".

Preconceito afeta combate à violência

Numa análise das políticas adotadas no Brasil para combater o aumento da violência, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que, para haver resultado, é necessário abandonar o preconceito de que todo pobre é bandido, e tratar o crime organizado como a grande empresa transnacional que é.



Pobre não é bandido, diz Valadares

– Ao lado de medidas policiais, são necessárias políticas de segurança pública democráticas, que tragam de volta o respeito à dignidade humana, à cidadania e à efervescência social e cultural em favor da população – observou o senador.

Valadares recomendou que seja feito exame cuidadoso dos mecanismos de combate ao crime que estão sendo apresentados no Brasil, "pois eles parecem estar montados, rigidamente, na lógica da própria violência".

Plenário examina voto facultativo

Emendas dos ex-senadores Sérgio Machado e Carlos Patrocínio estão na pauta de amanhã

O Plenário do Senado pode votar amanhã, em primeiro turno, duas propostas de emenda à Constituição (PECs) dos ex-senadores Sérgio Machado e Carlos Patrocínio que instituem o voto facultativo no Brasil. O senador Marco Maciel (PFL-PE) é o principal opositor das propostas, e informou que vai pedir autorização ao líder de seu partido, senador José Agripino Maia (RN), para falar em nome do PFL em defesa do voto obrigatório. Além dele, os líderes do PT, senador Tião Viana (AC), e do PMDB, Renan

Calheiros (AL), são contrários ao voto facultativo, mas as duas bancadas vão liberar seus integrantes para votar como quiserem.

Marco Maciel explica que o voto deve ser considerado, como sempre foi no Brasil, uma obrigação de cidadania, e não apenas um direito. "O direito ao voto no Brasil é um dos mais amplos e avançados do mundo, fomos um dos primeiros países a assegurar o voto às mulheres, desde a Revolução de 1930 temos o voto secreto, e já asseguramos o voto ao analfabeto", argumenta o senador. Para Maciel, o voto obrigatório tem uma função educativa para o cidadão comum e também para o político, que fica obrigado a buscar as áreas mais pobres e abandonadas, conhecer os problemas.

– Se o voto no Brasil tornar-se facultativo, os candidatos tenderão a abandonar as áreas mais carentes, vão preocupar-se apenas com as campanhas pela televisão, dirigidas às classes mais favorecidas e mais bem-educadas, porque as pessoas da periferia não terão estímulo para votar. E também será revigorado o voto de cabresto, o político que oferece vantagem pessoal para que os mais pobres votem – observou.

A mesma opinião tem o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL). Para ele, o voto obrigatório em um país com baixo nível educacional como o Brasil é fundamental e educativo. Renan também acha que o voto facultativo afastaria das urnas as pessoas mais pobres, de áreas carentes, que têm dificuldades até para se

locomover ao local de votação. Isso estimularia a volta do voto de cabresto e a velha prática de transportar e alimentar eleitores para lhes manipular os votos, nas regiões mais pobres do país.

Tião Viana diz que o voto é instrumento essencial da cidadania, e lembra a campanha pelos direitos civis e contra o racismo nos anos 60, nos Estados Unidos: "Os principais líderes do movimento negro pacifista e pelos direitos civis estimulavam os negros mais pobres a se alistarem como eleitores e a votar sempre, em defesa de seus próprios direitos sociais e civis". Mas o PT não vota unido nessa questão. O senador Paulo Paim (RS), por exemplo, disse que é favorável ao voto facultativo, por considerá-lo mais democrático.

O desafio do portador de deficiência

A Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais realiza amanhã audiência pública sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) e as questões da pessoa portadora de deficiência no governo e no Congresso Nacional. A reunião está marcada para as 18h.

O senador Flávio Arns (PT-PR) é o autor do requerimento para a realização da audiência, para a qual foram convidados Adilson Ventura, do Conade e da União Brasileira dos Cegos; Lúcia Severo, da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos; Regina Barata, da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos e Lizair Guarino, presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

Pequeno produtor é beneficiado

O Senado deve votar amanhã medida provisória que permite o alongamento das dívidas de pequenos produtores rurais, já apreciada na Câmara dos Deputados. A medida beneficia famílias que contrataram empréstimos pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) e pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também poderão ser beneficiados agricultores familiares, mini e pequenos produtores e suas associações ou cooperativas que adquiriram financiamentos de até R\$ 35 mil com recursos dos fundos constitucionais. No total, serão beneficiadas, aproximadamente, 820 mil famílias.

Sem o refinanciamento, esses produtores permaneceriam em condição de inadimplência junto ao crédito rural, ficando impossibilitados de contratar novos financiamentos.



AVANÇO. Para Ideli Salvatti, medida favorece programas sociais de combate à fome

tos. A medida provisória dilata o prazo de repactuação das dívidas para até 90 dias após a data da publicação das novas regras. O período do alongamento passa de 15 anos para 18 anos, e a primeira parcela, que vence em 30 de junho de 2003, passa a ser cobrada em 30 de junho de 2006.

A relatora da MP no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), é favorável à proposta e vê uma outra vantagem no texto.

– Um avanço da medida provisória é que os pequenos agricultores poderão comercializar sua produção junto ao governo federal, atuando no sentido de resgatar a política de estoques públicos estratégicos, visando aos programas sociais de combate à fome.

Meio ambiente

O Plenário deve votar também medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 12 milhões para os Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional. Cinco propostas de emenda à Constituição, dois projetos de lei da Câmara e um projeto de lei do Senado aguardam a votação das duas medidas provisórias para entrar na pauta, o que pode ocorrer ainda amanhã.

Simon dá palestra para alunos de Campinas

Ouvindo atentamente por 82 alunos e professores da Escola Comunitária de Campinas (SP), uma aula proferida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre cidadania, ética e política destacou a importância da participação em sociedade desde a adolescência, "começando pelo grêmios estudantis da escola, para a formação de um cidadão consciente e capaz de

decidir com independência sobre sua vida e os destinos do país".

Para Andréia Gabarra, de 15 anos, "conhecer o Congresso e um senador como Simon é um importante aprendizado, a gente se sente cidadã", afirmou. A professora Ana Raquel Mota de Souza disse que "esses encontros marcam as crianças por toda a vida e a diferença é sentida já na volta, quando aumenta a participação no grêmios".



CIDADANIA. Simon prega participação desde os grêmios escolares

Raupp defende a recriação da Sudam

A recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi defendida por Valdir Raupp (PMDB-RO) da tribuna, na sexta-feira. O senador pediu que o governo se empenhe com a mesma determinação que está dispensando para recriar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cuja proposta já começou a ser debatida.

As instituições foram extintas no governo Fernando Henrique Cardoso e as agências de desenvolvimento criadas para substituí-las (ADA e Ade-ne) têm sido criticadas.

– O que exigimos é a disposição para o diálogo franco por parte das autoridades do governo federal, que não partam de posições preconcebidas, mas que avaliem os legítimos anseios e as necessidades da nossa região – disse.



ISONOMIA. Raupp espera que a Região Norte receba o mesmo tratamento dado ao Nordeste

Maciel pede verbas para Embrapa

Senador elogia trabalho da empresa, que fez 30 anos de serviços prestados à agropecuária do país

O senador Marco Maciel (PFL-PE) pediu ao presidente Lula da Silva o aporte de mais recursos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a fim de que essa instituição, reconhecida inclusive no exterior, possa continuar a desenvolver o que classificou de "trabalho profícuo em prol da agricultura, pecuária, meio ambiente e o agronegócio brasileiro".

Maciel fez a solicitação ao registrar, da tribuna, os 30 anos de criação da Embrapa.

Embrapa em números	
A Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é uma das maiores instituições de pesquisa do mundo tropical. Dos seus pesquisadores, 47% têm mestrado e 49% são doutores.	
Alguns números da Embrapa	
Centros de pesquisa	37
Empregados	8.530
Laboratórios no exterior	2
Acordos internacionais	275
Rede de cooperação internacional	56 países
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	

Para ele, graças a essa empresa o país pode produzir carne bovina de excelente qualidade, desenvolver sementes híbridas de girassol altamente resistentes a doenças, melhorar a produção da soja, expandir a exportação de frango e, entre outras conquistas, con-

forme informou, ser uma das principais responsáveis pelo superávit de US\$ 6,6 bilhões da balança comercial brasileira.

– Sem a Embrapa teria o Médio São Francisco prosperado como pólo dinâmico da fruticultura de exportação, cultivando frutas como melões e uvas que, no passado, só vingavam em climas temperados? – indagou.

O senador informou que a empresa participa, também, de vasta rede de cooperação internacional, mantendo 275 acordos com nada menos que 56 países e 155 instituições.

Marco Maciel, que em 1972,

como deputado federal, participou da discussão e votação do projeto que instituiu a Embrapa, destacou, ainda, o trabalho que a instituição vem realizando na Amazônia e nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste. Segundo o senador, a agricultura irrigada vem desenvolvendo o interior do semi-árido nordestino, que, observou, agora exporta frutas e abastece o mercado nacional, "facilitando a fixação do homem à terra".

O presidente da Mesa em exercício, Romero Jucá (PMDB-RR), e os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) associaram-se às homenagens aos 30 anos de criação da Embrapa, afirmando que ela é uma das empresas mais respeitadas do país.

João Alberto exalta a força de Balsas

Ao registrar que Balsas, no sul do Maranhão, recebeu a visita, no último dia 21, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) destacou que o município desponta como promissor pólo de desenvolvimento, especialmente no segmento agrícola da produção de soja.

Com 275 mil hectares plantados, segundo o parlamentar, Balsas produziu na atual safra 900 mil toneladas de soja. Desse total, acrescentou, 80% foram exportados, gerando uma receita de US\$ 600 milhões. João Alberto destacou que o solo do município, típico de cerrado, é fértil e propício para o plantio dessa cultura.

– Balsas projeta-se como centro de liderança para o desenvolvimento não apenas do

estado do Maranhão, mas do próprio país. Sua agricultura se equipara à dos países mais desenvolvidos do mundo, com utilização de tecnologia de ponta para a produção de grãos e de carnes – afirmou.

A extensão de terra atualmente cultivada em Balsas, de acordo com o senador, ainda pode ser substancialmente ampliada, já que há na microrregião 800 mil hectares de terra agricultável em condições de serem incorporados à produção de grãos. Além desses, completou, podem ser acrescidos 1.300 hectares do vizinho estado do Piauí e outros 1.500 do Tocantins.

João Alberto disse ainda que, além da soja, Balsas destaca-se como o terceiro maior produtor de álcool do Nor-



CELEIRO. Balsas produziu 900 mil toneladas de soja, diz João Alberto

deste (com uma produção de 53 milhões de litros) e como produtor de algodão (500 toneladas na última safra). Ele assinalou que o solo também oferece boas perspectivas para o cultivo de milho, arroz e mandioca.

Virgílio propõe mudar nome da Zona Franca

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou projeto de lei para mudar o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus, mais apropriado, segundo ele, à realidade econômica, operacional e institucional do complexo, além de contribuir para um novo enfoque político e administrativo das potencialidades da região.

Pelo projeto, as mudanças não implicam modificação nos objetivos e estruturas da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que passaria a ser denominada Superintendência do Pólo Industrial de Manaus. Arthur Virgílio afirmou sua convicção de que todos os brasileiros devem assumir a Amazônia como área estratégica do país.

Jereissati presta homenagem a pediatra cearense

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestou pesar pelo falecimento, no último dia 28, do médico Luís Braga França Ferreira, pediatra cearense que teve a idéia pioneira de criar no estado uma unidade para atendimento exclusivo de emergência infantil ao fundar o Hospital de Pronto Socorro Infantil e o Hospital Luís França. Para o senador, o Luís França é um marco na medicina de toda a região, sendo até hoje o único hospital especializado em crianças do estado. Nascido em 7 de agosto de 1920, Luís França formou-se em Medicina em 1944, no Recife. De acordo com o parlamentar, o médico era um apaixonado por sua profissão e ia muito além do mero atendimento profissional.

Ministra fala sobre construção de refinaria

■ Por iniciativa de Almeida Lima, Dilma Rousseff comparece amanhã à Comissão de Assuntos Econômicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouvirá amanhã, às 11h, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, sobre a política do governo para o refino de petróleo e a construção da nova refinaria da Petrobras no Nordeste. A convocação atendeu a requerimento do senador Almeida Lima (PDT-SE).

Conforme o senador, a flexibilização do monopólio estatal sobre o petróleo não estimulou multinacionais a investir em refinarias no país. Há três anos, informou, a Petrobras tenta conseguir, sem sucesso, um parceiro para ampliar a Refinaria de Duque de Caxias (RJ).

– A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda se diz preocupada, pois, se os investimentos não ocorrerem até



José Cruz

DÉFICIT. Almeida Lima observa que país corre risco de ter que importar derivados de petróleo

2005, o aumento do consumo de petróleo provocará um déficit de aproximadamente R\$ 5 bilhões por conta dos derivados que o país terá de importar – afirmou Almeida Lima.

Antes de ouvir a ministra, a CAE irá sabatinar Afonso Sant'Anna Bevilacqua, indicado pelo presidente da República para o cargo de diretor do Banco Central, no lugar de Ilan Goldfajn, que se demitiu após a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Antero critica adiamento de CPI sobre contas CC-5

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) criticou a retirada de 11 das 38 assinaturas do requerimento para criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar evasão de divisas, lavagem de dinheiro, fraudes cambiais e crimes contra o sistema financeiro cometidos entre os anos de 1996 e 1999 com base nas contas CC-5, em Foz do Iguaçu (PR). Segundo Antero, a fraude pode chegar a US\$ 30 bilhões e envolve funcionários públicos, juizes, políticos, empresários, narcotraficantes e traficantes de armas.

– As assinaturas foram postas para enganar o público externo. Significa dizer “assinei, mas minha assinatura não vale nada”. Bons tempos em que, na política, valia a palavra. Maus tempos estes em que nem mesmo a assinatura vale – disse o senador.

O pedido de CPI foi arquivado com a retirada das assinaturas, por decisão do governo e das lideranças partidárias, que alegaram a neces-



Waldemar Rodrigues

RECUO. Antero lamenta situação em que “nem mesmo a assinatura vale”

sidade de prorrogar a CPI, diante do “compromisso do governo de aprofundar e concluir de forma rigorosa as investigações”, segundo a nota dos líderes, informou Antero.

– O governo assumiu cumplicidade e o PT renunciou à sua bandeira ética. Postergação, segundo o Aurélio, significa adiar, preterir, desdenhar, deixar para trás, em atraso – criticou o senador, acrescentando que vai apresentar projeto de resolução para impedir que, uma vez assinado o requerimento de apoio a uma CPI, a assinatura possa ser retirada.

Alberto Silva quer aviões para combater dengue

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) recebeu técnicos do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag) e da Empresa Nacional de Aviação Agrícola (Enagri), com quem discutiu a pulverização aérea no combate ao mosquito da dengue. O parlamentar pretende levar a idéia ao governador do Piauí, Wellington Dias (PT), e implantá-la experimentalmente em Teresina (PI) para, futuramente, estender a medida a todo o estado. O vice-governador do Piauí, Osmar Júnior (PT), também participou da reunião. Na opinião do senador, espalhar o inseticida com a ajuda de aviões é muito mais eficaz que o chamado “fumaceiro”, que passa em frente das casas, pois atinge mais locais e penetra com maior eficiência em pequenas frestas.

Participaram da reunião o vice-presidente da Sindag, Ramon Rodrigues, o diretor-técnico, Eduardo Cordeiro de Araújo, e o aviador Astor Schindwein, da Enagri. Araújo explicou que a pulverização por aviões já foi utilizada no litoral de São Paulo, em maio de 1975, para combater o mosquito da encefalite, Culex sp, com sucesso. Ramon Rodrigues assinalou, no entanto, que a pulverização por aviões não costuma ser aceita por instituições de saúde e entidades ambientais. Ele disse que a recusa é infundada, pois os cinco inseticidas utilizados no país são aprovados pelo Ministério da Saúde.

Roosevelt Pinheiro



EFICIÊNCIA. Alberto Silva prevê que pulverização aérea trará melhores resultados

Iris sugere redução gradativa dos juros

Desonerar a produção nacional por meio de um processo gradativo de redução na taxa de juros. Essa é a sugestão apresentada pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) para a retomada do crescimento econômico. Ela disse que, passada a fase mais difícil para a iniciante equipe econômica, chegou o momento de “aprofundar a rota, não mais na direção do sacrifício, mas de um atenuante que nos aponte a sonhada retomada do crescimento econômico, com a conseqüente geração de emprego e renda”.

Para a senadora, os efeitos colaterais das altas taxas de juros reprimem o consumo e levam as empresas à agonia. – Os números da economia comprovam que é preciso, se não um cavalo-de-pau, ao menos um giro no timão – afirmou, fazendo referência à expressão usada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para quem o governo Lula deu “um cavalo-de-pau



José Cruz

NOVO MOMENTO. Para Iris, o rumo agora deve apontar a retomada do crescimento

na economia”.

Iris citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que “mostram que a ortodoxia, necessária, porém recessiva” aumentou o índice de desemprego de 10,5%, em dezembro de 2002, para 12,4% em abril deste ano. A renda do brasileiro caiu 7,7% em relação a abril de 2002, enfatizou. Além disso, citou a senadora, houve queda no comércio varejista de 11,31% em março deste ano, em relação ao mesmo mês do ano passado.

Jucá: investimento público pode recuperar economia

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ao governo federal mais investimentos públicos e conclusão de obras de infra-estrutura para melhorar a economia e alavancar o processo de geração de emprego. O senador acredita que notícias divulgadas na última semana são preocupantes para a economia, como a diminuição do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) e o aumento do desemprego.

Segundo Jucá, dados publicados pela imprensa informam que houve crescimento do desemprego, que chega a 30% no Distrito Federal; queda na renda média do brasileiro; aumento da violência no país, que está sendo comparada com a de zonas em guerra; e queda na produção, à exceção do setor agrícola.

– Mas, se o resto da economia não retomar a produção, a agricultura também vai começar a decair, por falta de mercado – alertou.

O senador lembrou que, nos estados mais pobres, os investimentos federais são determinantes para movimentar a economia. Ele também pediu que o Brasil lute de maneira mais ferrenha contra o protecionismo econômico dos países ricos.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o PMDB deve atuar não amaldiçoando a desgraça e as trevas, mas trazendo a luz para o governo federal.

Violência

Em outro registro, Jucá considerou alarmante a notícia de que, no Rio de Janeiro, o seqüestrador Cláudio Roberto Pacheco, mais conhecido como Sussuquinha, fugiu pela porta da frente do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Para Jucá, eventos como esse desmoralizam a segurança pública no país. Ele pediu medidas sérias do governo federal em relação à segurança pública no Rio de Janeiro.

ADOLESCÊNCIA



Geraldo Magela

EXEMPLO. Esmeralda deseja que leitor “olhe para si e veja o que pode fazer para mudar o quadro de desigualdades”

A história da menina de rua “que não dançou”

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, ligada à CAS, lançaram na Biblioteca do Senado o livro *Esmeralda: por que não dancei*, de autoria da ex-menina de rua Esmeralda Ortiz. O evento, na quinta-feira, contou com a participação da presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), dos senadores Marco Maciel (PFL-PE), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Patrícia Saboya (PPS-CE) e do consultor da área de criança e adolescente da ONG Redes Sociais Agop Kayayan. Esmeralda diz que aos oito

anos suas opções eram viver ao lado da mãe alcoólatra, que a surrava constantemente, ou fugir para as ruas e conhecer um mundo onde acreditava que poderia ser feliz.

– Espero que quem for ler meu livro não sinta pena de mim, mas olhe para si e veja o que pode fazer para mudar o quadro de desigualdades no país – afirmou a autora.

Para Lúcia Vânia, a vinda de Esmeralda ao Senado incentivava o debate sobre a questão da criança e da juventude, no momento em que a CAS “se abre para se tornar um fórum de debate propositivo”.

Roberto Amaral discute tecnologia com senadores

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h, para ouvir e debater com o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, as diretrizes e programas prioritários do ministério no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O requerimento propondo a audiência pública foi apresentado pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Hélio Costa (PMDB-MG). Em maio, compareceram à CE para debater as propostas de suas pastas os ministros Gilberto Gil, da Cul-

tura, e Miro Teixeira, das Comunicações.

Dos 87 itens previstos na pauta da comissão para a reunião de amanhã, apenas cinco deixarão de ser examinados devido ao trancamento da pauta de votações no Senado por duas medidas provisórias que tratam do refinanciamento das dívidas agrícolas e da abertura de crédito extraordinário em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional.

Conselho debate política de inclusão digital no país

■ Colegiado também ouve hoje palestra sobre propriedade nos veículos de comunicação social

O Conselho de Comunicação Social reúne-se hoje, às 14h, para ouvir exposição sobre propriedade nos meios de comunicação social, a cargo do pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da

Universidade de Brasília (UnB) professor Guilherme de Souza Godoi. Em seguida, será feita palestra sobre a TV turbo e a inclusão digital, pelo diretor comercial da empresa Brasil Telecom, Edmond Fernando Santiago.

Na mesma reunião, os conselheiros Fernando Bittencourt e Geraldo Pereira dos Santos farão comunicados aos demais membros do colegiado. Bittencourt abordará o atual cenário tecnológico nos veículos de comunicação soci-

al e Geraldo Santos proporrá a realização de audiência pública com a participação de representantes dos Ministérios da Justiça e das Comunicações, Polícia Federal, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Procuradoria da República no Rio.

A agenda dos trabalhos de hoje também inclui explanação do conselheiro Roberto Wagner Monteiro. O Conselho de Comunicação Social é órgão de assessoramento do Legislativo.

Senador cobra a preservação do patrimônio

Ao chamar atenção para a necessidade de se preservar o patrimônio nacional, o senador Edison Lobão (PFL-MA) advertiu que os desastres que atingem monumentos nacionais constituem “tragédias anunciadas”. Ele observou que o patrimônio histórico vive há anos sob o risco de desaparecer e “o governo federal, pela escassez dos recursos que destina ao setor, parece subestimar sua considerável valia cultural”.

O senador mencionou acontecimentos recentes, como a inundação que atingiu a cidade de Goiás (GO) em 2001; o incêndio que, no ano passado, destruiu a igreja matriz de Pirenópolis (GO), construída entre 1728 e 1732; e o incêndio que, neste ano, atingiu o segundo maior casarão do centro de Ouro Preto (MG).

Lobão citou também matéria publicada na revista *Carta Capital*, de abril último, salientando que, para a recuperação do patrimônio histórico brasileiro, são necessários, aproximadamente, R\$ 3 bilhões, e, para a sua conserva-



José Cruz

TRAGÉDIA ANUNCIADA. Edison Lobão lembra incêndio que destruiu casarão em Ouro Preto

ção, R\$ 150 milhões a cada ano. De acordo com dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), metade dos imóveis históricos tombados no Brasil encontra-se degradada e 25% deles necessitam de algum tipo de obra de recuperação.

Iphan

O senador abordou ainda a situação dos funcionários do Iphan, que recebem, segundo disse, salários baixíssimos e acabam por buscar outras opções para garantir a própria sobrevivência. Além disso, informou Lobão, a entidade não tem recursos para pagar a ga-

solina dos carros ou reparar equipamentos danificados.

Lobão observou que preservar não serve apenas à história do país, mas constitui um bom negócio, à medida que um patrimônio histórico bem conservado é “poderoso chamariz” para atrair milhões de turistas ao país.

– Sei que muitos poderiam argumentar que existiriam necessidades mais prementes. No entanto, conservar o patrimônio é, de um lado, preservar o nosso passado e, de outro, por meio do turismo, garantir renda, emprego, vida digna e futuro para milhares de brasileiros. É hora de agir. Não é possível adiar a preservação de nosso patrimônio histórico sob pena de, em breve, não haver mais o que conservar – advertiu.

O parlamentar disse que cabe ao governo ajudar os estados e municípios nas ações de preservação e restauração de obras de valor cultural e histórico inestimável. Ele aproveitou para sugerir que o Senado crie uma estrutura destinada a restaurar os seus documentos históricos.



Gélio Azevedo

Flávio Arns presta homenagem ao professor Newton Freire Maia

O senador Flávio Arns (PT-PR) – foto – homenageou o professor Newton Freire Maia, falecido no último dia 10, afirmando que ele “engrandeceu não somente a universidade brasileira, mas também toda a sociedade, em sua constante busca por humanidade e justiça”.

Nascido em 29 de junho de 1918, em Boa Esperança (MG), Newton Freire foi um dos primeiros a intro-

duzir o estudo da genética no Brasil. Também foi responsável pelo desenvolvimento de um importante trabalho sobre a displasia ectodérmica, ou síndrome de Christ-Siemens, um defeito congênito do desenvolvimento do ectodermo e do mesodermo, sendo inclusive o idealizador de uma forma de classificação hoje utilizada em todo o mundo, segundo Flávio Arns.

Newton Freire trabalhou de 1946 a 1951 na Universidade de São Paulo (USP), sendo em seguida convidado a integrar o corpo docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde montou o Departamento de Genética e permaneceu até sua morte. Além de servir à universidade, foi sócio fundador e presidente da Sociedade Brasileira de Genética (SBG) e da Sociedade Bra-

sileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Foi, ainda, representante do Brasil na Organização Mundial da Saúde (OMS).

Newton Freire produziu 474 obras literárias, segundo Flávio Arns, e recebeu uma série de prêmios, como a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico e o Prêmio Heleno Fragozo pelos Direitos Humanos.

Subcomissão da Saúde busca soluções para o setor

Por meio da realização de audiências públicas e da análise de propostas, a Subcomissão de Saúde tem importantes contribuições a dar para a melhoria da Medicina e do atendimento à população brasileira nesse setor. Essa é a opinião do senador Mão Santa (PMDB-PI), relator da subcomissão, que

anunciou em Plenário as primeiras ações do colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Criada por iniciativa do senador Papaléo Paes (PMDB-AP), a subcomissão, de acordo com Mão Santa, vai realizar audiência pública para encontrar meios necessários para que o país volte a fornecer medica-

mentos à população carente. Segundo ele, o Brasil já teve essa política, quando existia a Central de Medicamentos (Ceme). Apesar de produzir poucos remédios, disse Mão Santa, a Ceme supria praticamente todas as necessidades para combater às enfermidades mais comuns.

Reconhecendo que os medicamentos genéricos são de qualida-

de e mais baratos, o senador avalia que sua introdução não resolve o problema de acesso aos remédios, já que grande parcela da população está desempregada.

Mão Santa também criticou o programa Saúde da Família, instituído pelo governo passado, já que os médicos não vivem nas comunidades e têm contratos precários.



SAÚDE PRECÁRIA. Mão Santa sugere fornecimento de remédio à população carente



PROBLEMA NACIONAL. Solução exige políticas públicas, diz Serys Slhessarenko

Serys quer conter violência contra crianças

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) cobrou da classe política e demais autoridades a adoção de medidas eficazes contra a crescente violência que sofre a criança brasileira. De acordo com a senadora, para combater o verdadeiro drama de que é vítima a criança, sujeita a agressões físicas e morais, abandono e pobreza, entre outros males, é preciso conhecimento do problema e elaboração de políticas públicas efetivas.

A Comissão Parlamentar Mista de Combate à Exploração Sexual foi citada por Serys como uma iniciativa objetiva pela conscientização do problema. Solicitada por ela, pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e por deputadas federais, a comissão já conta com as assinaturas necessárias para seu funcionamento.

– Essa comissão terá atuação relevante para mostrar a realidade de agressões, ataques e desajustes familiares de que as crianças do nosso país são vítimas – ressaltou Serys Slhessarenko.

Ela também indicou a leitura do livro *Esmeralda – Por que não dancei*, escrito por Esmeralda Ortiz, que foi menina de rua e viciada em crack e recuperou-se com o apoio da organização não-governamental Projeto Travessia.

Paim defende transição na reforma da Previdência

■ Senador deverá apresentar hoje suas propostas, que já tramitam na Câmara dos Deputados

O senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado, anunciou que vai apresentar hoje suas propostas sobre a reforma da Previdência, que tramitam na Câmara dos Deputados. Para ele, o Congresso Nacional tem o dever de discutir a reforma e aperfeiçoá-la. Entre suas sugestões, Paim adiantou que defende a adoção de uma regra de transição para os servidores públicos da ativa. É "uma questão de justiça", afirmou.

– O Parlamento pode construir uma proposta alternativa que represente a média de pensamento da sociedade. A proposta está no Congresso e temos a obrigação de discutí-la item por item. O papel do Parlamento não é apenas carimbar as propostas do Executivo, mas discutir, negociar, aperfeiçoar e até contribuir com o governo – declarou



PARLAMENTO ATUANTE. Paim propõe que Congresso aperfeiçoe proposta do Executivo

Paim, antecipando que o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, irá recebê-lo para tomar conhecimento de suas sugestões.

Apesar de a reforma proposta pelo governo tratar especificamente da aposentadoria dos funcionários públicos, o senador disse que vai manifestar suas preocupações com relação aos trabalhadores do setor privado. A aposentadoria integral e a existência de "marajás aposentados" também serão abordados.

Paim também comemorou a divulgação do reajuste de 19,71% concedido aos benefícios da Previdência superiores a um salário mínimo. Esse índice, disse ele, vai ser aplicado a partir de 1º de julho sobre os benefícios de 12 milhões de aposentados e pensionistas.

– Defendo que todos os benefi-

cios da Previdência tenham o mesmo percentual de reajuste que o salário mínimo, elevado em 20% este ano. O reajuste não foi exatamente o que eu queria, mas foi assegurado o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) integral dos últimos 12 meses – afirmou Paulo Paim, anunciando que vai iniciar um movimento para que, a partir do ano que vem, o reajuste seja feito na mesma data da correção do salário mínimo, no dia 1º de maio.

Jucá destaca encontro de especialistas

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) registrou o recebimento de relatório do encontro sobre a reforma da Previdência coordenado pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), que reuniu vários especialistas para estudar as mudanças previdenciárias, debatendo a situação atual, a transição para um novo modelo e as fontes de desequilíbrio do sistema.

Nesse encontro, Jucá disse que foi focalizada a necessidade de inclusão de 41 milhões de trabalhadores que não contri-



DESEQUILÍBRIOS. Jucá elogiou análises sobre problemas no sistema previdenciário

buem para a Previdência, a escassez de poupança interna e

a inevitabilidade de cobrança da contribuição dos servidores públicos inativos.

Na opinião do parlamentar, em boa hora o Ibmec realizou esse encontro, por intermédio do Comitê para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais (Codemec) e com o apoio da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

– De parabéns, pois, essas instituições pela valiosa contribuição à reforma da Previdência, cujo delineamento básico tramita atualmente no Congresso Nacional.

Patrícia alerta para a morte de gestantes

Ao registrar a passagem do Dia Internacional de Luta contra a Mortalidade Materna, a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) alertou para a morte de milhões de mulheres em todo o mundo por complicações durante a gravidez ou o parto. "A cada minuto, uma mulher morre vítima dessas complicações", afirmou. Com base em dados da organização não-governamental (ONG) Rede Feminista de Saúde, a senadora destacou que 95% dos óbitos maternos no mundo ocorrem em países em desenvolvimento e 98% dessas mortes poderiam ser evitadas.

– O Brasil se comprometeu, na década de 1990, a reduzir pela metade a mortalidade materna. Mas a taxa de 68,9 mortes de mulheres em cada 100 mil crianças nascidas vivas registrada em 1980 caiu para apenas 58,5 em 1998 – frisou.

Patrícia apontou um agravante, pois, de acordo com o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Mortalidade Materna, concluído em 2001, os dados podem estar subestimados. Os registros de mortes durante a gravidez, o parto e o pós-parto no Brasil ainda são incipientes, e especialistas estimam que a taxa brasileira seja de 130 mortes de mulheres para cada 100 mil nascidos vivos.



COMPLICAÇÕES. Patrícia lembra que 95% dos óbitos maternos ocorrem nos países mais pobres

Aelton defende emprego para a população idosa

Senador sugere um programa federal que ofereça oportunidades de trabalho aos mais velhos

O senador Aelton Freitas (PL-MG) sugeriu ao governo, na sexta-feira, a criação de um programa de emprego para os idosos, que representará, em 2020, 18,02% da população brasileira, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele lembrou que o governo lançará o programa Primeiro Emprego, destinado aos jovens em situação de risco social, e disse que, "assim como faltava para os mais jovens, falta ainda uma política de proteção exclusiva para os trabalhadores em idade avançada".

Titular da Subcomissão do Idoso, Aelton Freitas entende que o último emprego é tão importante quanto o primeiro, em um país onde falta espaço nos asilos e onde muitas famílias sus-



Fotos: José Cruz

TALENTOS. Aelton considera que os idosos têm muito a contribuir com a sociedade

tentam-se com os rendimentos do "velhinho da casa". Segundo o senador, para que se exija maior tempo de contribuição previdenciária do trabalhador, é preciso também garantir a sua permanência no mercado de trabalho.

Aelton defendeu um trabalho de conscientização sobre o valor do profissional idoso e a oferta de incentivos, como a diminuição dos juros ou a concessão de descontos tributários para empresários que mantenham os mais velhos em seu quadro de funcionários.

O senador disse que o Brasil ainda precisa avançar muito para oferecer à população da terceira idade as condições que ela merece, "que não são grandes aposentadorias, mas respeito, carinho e chances para ter seus inigualáveis talentos bem aproveitados".

– Tenho a convicção de que o primeiro passo para o pleno resgate à dignidade do idoso deve ser a superação de preconceitos e mitos que impedem o ingresso ou a manutenção dos mesmos no mercado de trabalho – afirmou.

Aelton declarou que é preciso acabar com a lógica vigente que considera o jovem de 18 anos muito novo para o trabalho e o homem de 35 ou 40 já ultrapassado. Ressaltou que, hoje, quem tem mais de 40 anos de idade e não possui habilidades estratégicas dificilmente tem lugar ao sol no mercado competitivo.

– O resultado é o péssimo aproveitamento dos recursos humanos disponíveis para alavancar o crescimento do país – lamentou Aelton.

Luiz Otávio elogia a aprovação de estatuto

José Cruz



Luiz Otávio: proteção para os idosos

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) exaltou a aprovação do Estatuto do Idoso pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira passada, o que, na sua opinião, fortalecerá a defesa dos direitos dos idosos.

O projeto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para o parlamentar, a preocupação com os mais velhos tem como principal motivo o amparo deficiente prestado a eles, agravado pelo fato de os idosos representarem parcela cada vez maior da população brasileira. Entre 1991 e 2000, o número de pessoas com 60 anos ou mais subiu de 10,7 milhões para 14,5 milhões. Isso representa um aumento de 35,5% em apenas nove anos, observou o senador.

– É aí que está a importância de um instrumento legal que consolide as regras existentes de proteção às pessoas de mais idade, como o Estatuto do Idoso – disse Luiz Otávio.

Projeto de Paim deverá ter tramitação conjunta

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que apresentou no Senado projeto de lei que institui o Estatuto do Idoso, que ele pretende seja apensado à proposta do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), aprovada na semana passada pela CCJ. Paim justificou a iniciativa por causa da demora com que a Câmara dos Deputados está examinando, há seis anos, a mesma proposta. O senador revelou que a apresentação da proposta foi discutida com Sérgio Cabral e com o relator da matéria na CCJ e na Comissão de Assuntos Sociais, senador Demostenes Torres (PFL-GO). O relator, disse Paim, se comprometeu a apresentar um substitutivo às duas propostas, aproveitando sugestões de ambas. Ele informou que seu projeto tem 123 artigos e aborda diversos temas de interesse dos mais velhos, como saúde, educação, habitação, lazer, atuação do Ministério Público e, principalmente, o trabalho e a Previdência Social dos idosos. Em aparte, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) revelou que formulou pedido, na Subcomissão do Idoso, às lideranças no Senado para que a proposta seja votada com urgência.

PRIMEIRO EMPREGO

Viana aposta no sucesso do programa federal

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou na sexta-feira o programa Primeiro Emprego, a ser implantado, manifestando sua confiança no sucesso do programa, que considera uma das mais importantes ações do governo federal, e cujos efeitos beneficiarão as futuras gerações.

O programa Primeiro Emprego foi detalhado pelo ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. O programa oferece oportunidade de trabalho para jovens de 16 a 24 anos que estejam desemprega-

dos, com renda *per capita* familiar de até meio salário mínimo e educação média incompleta.

A idéia é que micro, pequenas e médias empresas recebam subsídios para empregar jovens. Viana citou propostas governamentais, como o Incentivo ao Empreendedorismo Jovem e o Trabalho Comunitário, que oferecerá bolsas de meio salário mínimo para jovens fazerem estágios em serviços comunitários.

Viana acredita que programas como esses conseguirão retirar jovens da tentação de aderir ao crime.

Desemprego cresce mais entre jovens

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a geração de empregos para a população jovem é hoje uma das políticas públicas mais importantes a serem implementadas pelos países. Em 2002, por exemplo, a taxa de desemprego entre brasileiros com idade entre 15 e 17 anos cresceu 26% em comparação ao ano anterior. Foi o maior acréscimo entre todas as faixas etárias.

Idade	Crescimento do desemprego (%)
15-17	26
18-24	16
25-29	10,6
30-39	14,6
40-49	24,2
50-59	5,8

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Valmir Amaral destaca idéia do Jovem Empreendedor

Ao manifestar seu apoio ao programa Primeiro Emprego, do governo federal, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) ressaltou a importância de iniciativas que incentivem as empresas a contratarem trabalhadores jovens e que ofereçam opções de organização coletiva de trabalho a esse segmento etário.

Valmir Amaral citou, entre essas iniciativas, o programa Jovem Empreendedor, anunciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O programa prevê a abertura de crédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no valor de R\$ 100 milhões, para grupos universitários entre 18 e 24 anos dispostos a montar o próprio negócio. A

idéia, explicou, é beneficiar cerca de 5 mil projetos com valor médio de R\$ 20 mil, facilitando a entrada do jovem no mercado. "Embora o trabalho formal, com carteira assinada, seja importante, o Ministério do Trabalho deseja também incentivar alternativas como o cooperativismo e a organização coletiva do trabalho", comentou o senador.

Embora voltado para universitários, o Jovem Empreendedor também poderá beneficiar jovens sem curso superior, ressaltou o senador.

Outra iniciativa citada por Valmir Amaral é a do Primeiro Emprego, cuja meta é criar entre 100 e 300 mil empregos ainda em 2003 para jovens entre 16 e 24 anos.